



## O “novo” ensino médio e as pesquisas apresentadas nas reuniões nacionais da ANPEd: o que há de “novo”?

### The “new” high school education and research presented at national ANPEd meetings: what's “new”?

#### Resumo

O “Novo” Ensino Médio (NEM) começou a se materializar na rede pública de todos os estados brasileiros neste ano de 2022, embora estivesse previsto para ser implementado gradativamente a partir de 2019, a pandemia atrasou essa transição. A idealização do NEM se deu a partir da Medida Provisória 746/2016 e fora finalizada e materializada na Lei n. 13.415/2017 durante o governo provisório de Michel Temer (PMDB). A fim de verificar o rumo que as produções em torno deste objeto tomaram ao longo dos anos, propomos como metodologia a pesquisa bibliográfica e o balanço de produção nos Anais de três reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) entre os anos de 2017, 2019 e 2021 a fim de: 1) analisar e compreender as produções apresentadas aos grupos de trabalho “Estado e Política Educacional” e “Trabalho e Educação” enfatizando as produções que contemplam a política pública de “reformulação/reconfiguração” do “Novo” Ensino Médio e 2) Explicitar os apontamentos, diferenças, consensos e resultados produzidos nas pesquisas selecionadas entre 2019 e 2021.

**Palavras-chaves:** Novo Ensino Médio. Lei nº 13.415/2017. NEM. Política Educacional. Reforma.

#### **Maysa Lima de Souza**

Estudante do curso de Especialização em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).  
E-mail: [maysalima\\_sza@hotmail.com](mailto:maysalima_sza@hotmail.com)

## Abstract

The “New” Secondary School (NEM) began to materialize in the public network of all Brazilian states in 2022, although it was expected to be implemented gradually from 2019, the pandemic delayed this transition. The idealization of the NEM took place from Provisional Measure 746/2016 and was finalized and materialized in Law n. 13,415/2017 during the provisional government of Michel Temer (PMDB). In order to verify the direction that the productions around this object have taken over the years, we propose as a methodology the bibliographical research and the balance of production in the Annals of three national meetings of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd) between the years 2017, 2019 and 2021 in order to: 1) analyze and understand the productions presented to the work groups “State and Educational Policy” and “Work and Education” emphasizing the productions that contemplate the public policy of “reformulation/reconfiguration” of the “New” High School and 2) Explain the notes, differences, consensus and results produced in the selected surveys between 2019 and 2021.

**Keywords:** New High School. Law No. 13,415/2017. NEM (New High School). Educational Policy. Reform

## Introdução

O “Novo” Ensino Médio (NEM) começou a se materializar na rede pública de todos os estados brasileiros neste ano de 2022, embora estivesse previsto para ser implementado gradativamente a partir de 2019, a pandemia acabou atrasando essa transição. A idealização do NEM se deu a partir da MP 746/2016 e foi finalizada, promulgada e materializada por meio da Lei nº 13.415/2017 durante o governo provisório de Michel Temer (PMDB).

A fim de encontrar produções que contemplem a discussão das políticas de supressão de direitos que começaram a se movimentar no ano de 2009, optamos por selecionar trabalhos classificados como resumos expandidos, ensaios, artigos e

posters no site oficial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Para tanto, foram selecionadas as três mais recentes reuniões nacionais da associação: 38ª Reunião Nacional da ANPEd “Democracia em Risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência” (2017), 39ª “Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências” (2019) e 40ª “Educação Como Prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo!” (2021).

Com base nas produções encontradas nestes três eventos específicos, tem-se como objetivos principais: 1) analisar e compreender as produções apresentadas aos grupos de trabalho “Estado e Política Educacional” e “Trabalho e Educação” enfatizando as produções que contemplam a política pública de “reformulação/reconfiguração” do “Novo” Ensino Médio e 2) Explicitar os apontamentos, diferenças, consensos e resultados produzidos nas pesquisas selecionadas entre 2019 e 2021.

## **1 A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**

A ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - de acordo com a própria página da associação, foi fundada em 16 de março de 1978 e se caracteriza como uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área.

A ANPEd tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social e, dentre seus objetivos destacam-se: fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, além do estímulo a experiências novas na área; incentivar a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados, entre outros.

A Associação construiu e consolidou uma prática acadêmico-científica destacada e, nesse percurso, contribuiu para fomentar a investigação e para fortalecer

a formação pós-graduada em educação, promovendo o debate entre seus pesquisadores, bem como o apoio aos programas de pós-graduação.

Para além disso, as reuniões nacionais e regionais da Associação também construíram um espaço permanente de debate e aperfeiçoamento para professores, pesquisadores, estudantes e gestores da área.

## **2.2 Metodologia e Delimitação do Espaço de Balanço de Produção**

O Balanço de Produção (Nosella, 2010) é uma importante metodologia que auxilia os pesquisadores a encontrarem trabalhos na mesma linha de estudo, a fim de identificar, por exemplo, dificuldades encontradas ou percebidas durante o percurso de pesquisa, ou ainda mostrar o que as pesquisas já realizadas deixaram de acrescentar em seus escritos, que teorias deixaram de incluir entre outros aspectos.

A fim de realizar um balanço de produção em torno das pesquisas realizadas sobre reformas educacionais, especificamente sobre o “Novo” Ensino Médio, fora utilizado como objeto de análise, as Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, como já mencionado acima.

No decorrer da busca, selecionamos todos os trabalhos por meio da palavra-chave: novo ensino médio. Boa parte dos trabalhos que apareceram no filtro dissertavam apenas sobre o ensino médio na configuração em vigor antes da implementação da Lei n. 13.415/2017 isto é, antes da reforma. Para além disso, como será visto no fluxograma adiante, fora utilizado outras duas categorias para identificar as produções: Lei 13.415/2017 e contrarreforma.

Um outro ponto importante a respeito da seleção é que, três Grupos de Trabalho<sup>1</sup> da ANPEd se destacam com produções relacionadas ao Ensino Médio, a saber o GT05 Estado e Política Educacional, GT09 Trabalho e Educação e o GT12 Currículo.

O GT05 Estado e Política Educacional, de acordo com o informativo da ANPEd (2022) é um “campo de confluência de estudos e pesquisas, de âmbito nacional e internacional, sobre políticas públicas em educação: relações governamentais e de

---

<sup>1</sup> Todas as informações referentes aos Grupos de Trabalho foram retiradas do site oficial da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPEd. Disponível em: <https://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho>

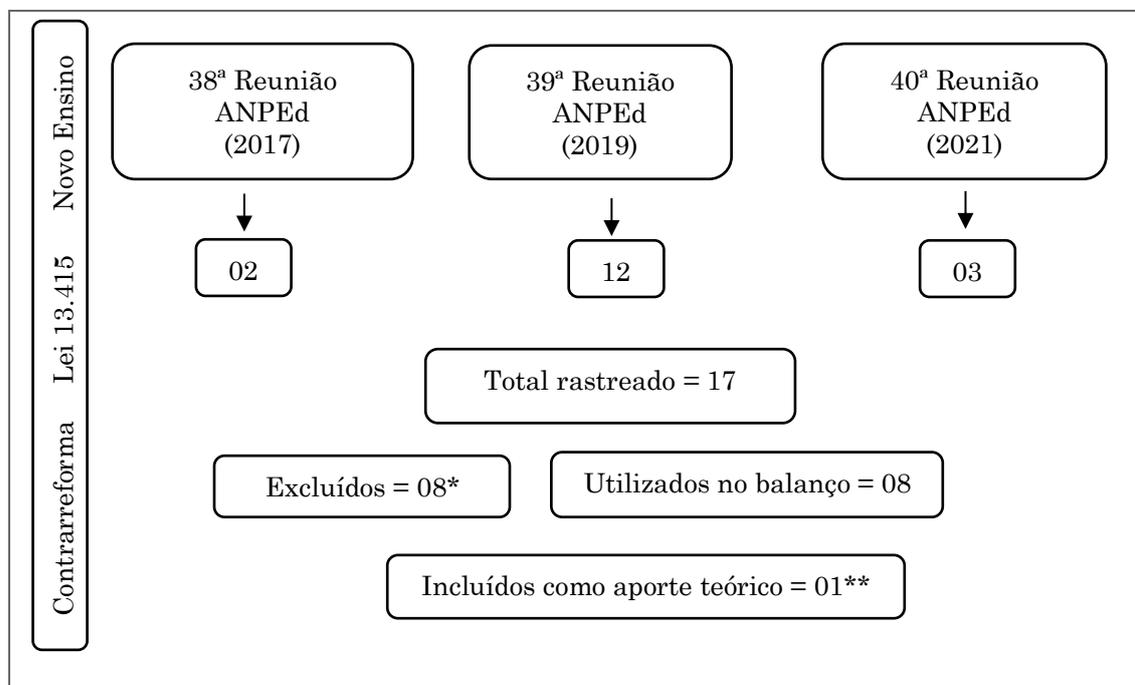
articulação entre atores diversos”. Nele, a partir da busca nas três reuniões da ANPEd entre 2017 e 2021 foram encontradas 05 produções sobre o Ensino Médio.

O GT09 Trabalho e Educação, por outro lado, “caracteriza-se como um fórum de discussão sobre as relações entre o mundo do trabalho e a educação, enfocando temáticas como: trabalho na sua dimensão ontológica e nas suas formas históricas de trabalho escravo e trabalho alienado sob o capitalismo [...]” (ANPEd, 2022). Neste GT foram encontrados entre os anos de 2017 e 2021, cerca de 10 (dez) produções que discutiam a temática do Ensino Médio.

O GT12 Currículo da ANPEd “reúne pesquisadores vinculados a universidades e instituições de pesquisa brasileiras e latino-americanas que vêm se dedicando ao estudo de questões concernentes ao campo do currículo” (ANPEd, 2022). Neste, foram encontradas 02 produções que corresponderam as categorias que fazem parte da discussão do objeto da pesquisa.

Ademais, apresentamos logo abaixo um fluxograma do processo de seleção dos estudos incluídos na pesquisa (Figura 1).

**Figura 1** – Fluxograma do processo de seleção dos trabalhos incluídos neste balanço de produção.



\* Artigos incompatíveis com a proposta de estudo. \*\* Artigos com proposta semelhante, mas com foco no Trabalho.

### 2.3 O “Novo” Ensino Médio na Perspectiva Dos Trabalhos Apresentados ao GT05 e GT09 da ANPEd

As discussões em torno do NEM são relativamente recentes. A maioria dos artigos, tanto da ANPEd, quanto de outros canais de veiculação de artigos e pesquisas acadêmico-científicas começaram a ser desenvolvidas em meados de 2017, logo após a promulgação da Lei nº 13.415. A seguir os trabalhos que abordam o tema do Novo Ensino Médio, Lei 13.415 e Contrarreforma (**Quadro 1**):

**Quadro 1** – Estudos selecionados e principais resultados ou discussões apresentadas.

AUTORES	GPS DE TRABALHO	METODOLOGIA	FOCO DAS PESQUISAS/RESULTADOS
MACHADO (2019)	GT09 Trabalho e Educação	Análise Bibliográfica	O autor aponta três relações entre o sentido da dependência na política educacional brasileira expressos na reforma do ensino médio. A primeira, tendência de determinações oriundas de potências estrangeiras na política interna dos países latino-americanos; a segunda, a partir dos atores políticos que perfizeram a articulação da reforma e as apropriações por parte da iniciativa privada e a terceira, esvaziamento do acesso a conhecimentos curriculares via BNCC.
MONTEIRO; SILVA (2019)	GT09 Trabalho e Educação	Estudo de Caso	Analisa a oferta do itinerário formativo técnico profissional no contexto da Reforma do Ensino Médio no estado do Espírito Santo. De modo geral, os autores entendem as reformas empreendidas no âmbito educacional brasileiro como dualista e desigual, deixando oculto suas verdadeiras intenções.
NEGRÃO; HORA (2019)	GT05 Estado e Política Educacional	Análise Bibliográfica e Documental	Discute o modo como a imposição da Lei 13.415 e suas normatizações têm desregulamentado a organização e funcionamento do ensino médio público e paraense. As autoras propõem que se pense de forma crítica os ataques a educação pública, percebendo também as lutas e resistências que se constroem nessa contracorrente.
QUADROS (2019)	GT05 Estado e Política Educacional	Pesquisa Bibliográfica e Documental	O autor apresenta como resultado o papel do empresariado, enfatizando que este atua na indução das políticas educacionais, por mais que no âmbito econômico possa fazer parte das frações da burguesia interna, com interesses oras

			distintos do imperialismo, não distingue seus posicionamentos da fração da burguesia a ele associada, legitimando no território nacional as orientações dos organismos multilaterais.
GONÇALVES (2019)	GT09 Trabalho e Educação	Pesquisa Bibliográfica, Documental e de Campo	A autora apresenta como resultados que a maioria dos estudantes participantes do estudo inicialmente apontam não ter conhecimento sobre a mudanças previstas para o Ensino Médio. Além disso, os secundaristas demonstraram bastante preocupação com os rumos da formação da juventude.
REIS (2021)	GT05 Estado e Política Educacional	Análise Bibliográfica e Documental	Trata-se de um resumo expandido, onde a autora disserta sobre as tensões entorno da Lei 13.415, destacando a organização flexível do currículo. Além disso, ela traz ponderações relativas à precarização do trabalho docente da área de sociologia, revelando suas percepções.
RIBEIRO (2021)	GT09 Trabalho e Educação	Análise Bibliográfica e Documental	Investiga os processos formativos educacionais para as juventudes no Brasil a partir das categorias analíticas capital-trabalho-educação.
SILVA; MARTINI (2021)	GT09 Trabalho e Educação	Abordagem Qualitativa; Pesquisa Bibliográfica e Documental	Discute os impactos da implementação da Lei 13.415 sobre o trabalho e formação continuada de professores de 120 escolas-piloto do “Novo” Ensino Médio da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Antes de propriamente adentrar na discussão dos trabalhos selecionados, é interessante utilizarmos como ponto de partida o trabalho “A qualidade da educação como prioridade da agenda pós-2015” (Marques; Santos, 2017). O objetivo central desta produção é “identificar como se configura o debate e a centralidade em torno do conceito de qualidade da educação para a construção de uma agenda global pós-2015”. Os autores se utilizaram de análise documental acerca de documentos da Unesco e Banco Mundial, além de explorar o sentido de qualidade que o Banco Mundial atribui à educação.

De acordo com Marques e Santos (2017, p. 5),

O novo foco sobre a aprendizagem implica um conjunto de ações que impactam profundamente sobre a escola, mudam a forma como fazem a gestão e a organização do trabalho pedagógico, redefinem prioridades de ensino e, até mesmo, os conteúdos trabalhados. Aliando melhoria da qualidade da aprendizagem ao desempenho escolar, tanto de alunos

como principalmente dos professores, é inaugurada nova agenda para as políticas educacionais, sempre atendendo às demandas do capital.

Os autores salientam que com esse novo foco na qualidade da educação aliado a desempenho escolar e qualidade da aprendizagem surge também um movimento de avaliação ou de qualidade do próprio docente/professor que era uma questão que outrora era quase inexistente. Não possuía a carga que agora possui.

Um outro ponto crucial para a discussão sobre o NEM não escapa aos olhos destes dois estudiosos, pois denotam que, mesmo com todas as ideias de concepções de mudança na educação básica brasileira, uma questão permanece nesta reformulação e chega até ser repetitiva e nada surpreendente: o foco na leitura, escrita e conhecimentos matemáticos, ou seja, a prioridade ainda é a Língua Portuguesa e Matemática (Marques; Santos, 2017, grifo meu). Contudo, é necessário salientar que, não é que estes componentes não sejam importantes, todavia, o foco que se emprega a eles, deixa de lado – e talvez seja esse mesmo o objetivo – componentes que podem auxiliar os estudantes a desenvolverem seu senso crítico e autonomia.

Por fim, outro ponto importante nesta produção é o destaque que se dá a “agenda pós-2015” – e talvez o principal para o início desta discussão – que ainda que de forma muito discreta, tenta discutir de que forma o modelo neoliberal influenciou nestas mudanças no cenário educacional. Marques; Santos (2017) advogam que a Agenda Pós-2015 não se refere exclusivamente à educação, mas tem nela uma de suas principais estratégias.

Depois de analisar os documentos da Unesco e Banco Mundial, os autores destacam três prioridades para a agenda pós-2015:

1) Escolarização de todas as crianças: atualmente a região atingiu índices aproximados a 92%, mas aponta que o mais difícil passa a ser a universalização do restante dessa população, justamente por ser aqueles mais vulneráveis; 2) Melhorar a qualidade das aprendizagens: segundo os OM, essa é a principal meta para a agenda pós-2015. Nela, será possível garantir uma educação mais eficiente, eficaz e voltada ao desenvolvimento sustentável da economia. Podemos associar a essa prioridade os professores (formação e carreira), a avaliação externa e a aprendizagem; 2) Fomentar nas crianças a consciência de se tornarem cidadãos do Mundo: aqui a educação deve proporcionar o compartilhamento de valores em um mundo globalizado. Formação de uma cidadania global, pautada em valores pacíficos (Marques; Santos, 2017, p. 10 grifo meu).

Os autores entendem que estas prioridades são o principal objetivo e desafio do capitalismo contemporâneo, isto é, “transformar as profundas desigualdades sociais em oportunidades de desenvolvimento econômico” (Marques; Santos, 2017, p. 10), todavia, penso que este objetivo serve muito mais ao neoliberalismo, mais precisamente ao sujeito neoliberal em formação destacado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016) como sendo uma figura de “homem-empresa”/“sujeito empresarial”, com um reforço imensurável de individualismo, afetando e modificando seu aspecto econômico, social e político.

Iniciando as discussões sobre o NEM, evocamos o trabalho de Machado (2019), “O sentido da política educacional no capitalismo dependente, o Ensino Médio e a Lei 13.415/17”, que já inicia a discussão considerando que “a reforma do Ensino Médio promulgada pela Lei 13.415/2017 em decorrência do caráter eminentemente polêmico e o contexto político controverso que surge, já tem produzida, apesar da sua brevidade, considerável bibliografia discutindo diferentes elementos que perpassam as alterações propostas nesta e em outras reformas educacionais. Machado (2019) realiza seu estudo sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, adotando ~~que~~ categorias oriundas desse debate.

Em seu estudo, ele propõe três indagações e, posteriormente, aponta as possíveis respostas para estas questões na conclusão de sua pesquisa sob o título de “As três relações entre o sentido da dependência na política educacional brasileira expressos na reforma do ensino médio”. Nela, o autor salienta que a partir do materialismo histórico-dialético é possível analisar o modo de produção capitalista na América Latina e suas mediações com o sistema público de ensino médio brasileiro (Machado, 2019, p. 6).

A primeira pergunta proposta por Machado (2019) é a seguinte: Como se desenvolve a relação entre o modo de produção capitalista, a escola e a realidade brasileira? Para ele, essa relação “está presente na tendência de determinações oriundas de potências estrangeiras na política interna dos países latino-americanos” (Machado, 2019, p. 6) e que depois é mais bem expressada nas diretrizes formuladas pelo Banco Mundial para a formação de nível médio. Nesta, o autor se utiliza de fontes como Florestan Fernandes (1975), Frigotto e Motta (2017) e Kuenzer (2017) para corroborar sua resposta.

A segunda questiona “como essa relação pode ser conceitualmente explicada a partir da realidade educacional objetivamente determinada no desenrolar das políticas voltadas para o Ensino Médio?”. Machado (2019, p. 6) vai dizer que é “acerca dos atores políticos que perfizeram a articulação da reforma e as apropriações por parte da iniciativa privada composta tanto por empresas e o Sistema S de recursos públicos no itinerário formativo profissionalizante”. Além disso, o autor destaca que,

[...] essa premissa corrobora uma das funções identificadas por Frigotto acerca das relações entre a instituição escolar os movimentos de circulação e concentração de riquezas do capital, que ganha justificativa na realidade brasileira a partir dos mecanismos de trocas desiguais com o mercado mundial inerentes ao capitalismo dependente [...] (Machado, 2019, p. 6).

Na sequência, Machado (2019) questiona “como essas determinações incidem nos sentidos políticos presentes na atual reformulação” e aponta que:

[esta] se faz presente no esvaziamento do acesso a conhecimentos curriculares via BNCC, apontada por Morcazel, Rojas e Pimenta (2018), que coaduna as alterações da política educacional em escala internacional em um contexto de reprimarização da economia brasileira destacadas por Coutinho e Rodrigues, revelando um mecanismo de desqualificação do trabalho educacional e que pode ser interpretados como um meio de preparação para a superexploração do trabalho conceituada por Marini, traço fundante da realidade social latino-americana (Machado, 2019, p. 6).

Essa questão do esvaziamento é apontada por ele em relação a BNCC por conta dos conceitos de Transversalidade e Interdisciplinaridade que são abordagens que devem nortear o currículo nessa nova fase do NEM. Ao utilizar-se tais abordagens, provoca-se nos conteúdos esse “esvaziamento” pois há a necessidade de adequar os conteúdos para que estes se encaixem e não fiquem soltos.

A ideia de interdisciplinaridade pressupõe que se trabalhe com dois ou mais componentes curriculares, por isso que se enfatiza a ideia de “esvaziamento”; conteúdos de quatro áreas diferentes e que precisam se encaixar para poder contemplar essa transversalidade e interdisciplinaridade propostas na BNCC e anteriormente, nos próprios PCNs.

Monteiro e Silva (2019) em “O Itinerário Técnico e Profissional na Reforma do Ensino Médio: o protagonismo do retrocesso” traz questões importantes para o debate a respeito do NEM e aproveita para alfinetar as propostas de protagonismo trazidas pelo próprio NEM e BNCC do Ensino Médio, denominando-a de retrocesso.

Os autores durante todo o trabalho, vão focar na relação entre esse “novo” ensino médio e a Educação Técnica e Profissional proposta pela Lei 13.415. No decorrer da discussão, retomam a história do ensino profissionalizante no Brasil, salientando que este fora impulsionado pelas demandas sociais, econômicas e porquê não, políticas também, e concebido/visto como uma medida assistencialista (Monteiro; Silva, 2019, p. 2), isto é, uma forma de “ajudar” os filhos da classe operária a se sobressair na sociedade, a “ter uma oportunidade” de vender mão de obra minimamente qualificada, contribuindo ainda para a formação de um grande “exército de reserva”.

Nas considerações finais do trabalho, os autores avaliam que:

a Lei Nº 13.415/2017 perpetua o processo neoliberal na educação profissional, modalidade que tem como objetivo atender às demandas do capital, fazendo [com] que o público jovem de renda menor tenha dificuldades para progredir nos estudos na educação superior, definindo essa etapa de educação como a terminalidade dos estudos de grande parte do alunado (Monteiro; Silva, p. 6).

Além disso, os autores apresentam outro ponto importante, salientando que não existe uma solução de consenso com relação ao Ensino Médio e o Técnico Profissional. E mais, as reformas na educação nem sempre servem aos seus propósitos e no tocante à formação profissional e escolarização dos jovens, fica muito a dever na sua formulação e implementação (Monteiro; Silva, 2019, p. 6).

Os autores finalizam o trabalho salientando que consideram a presente reforma “um capítulo amargo da educação brasileira, marcado pela imposição golpista” de um governo em crise, não somente política, mas também uma crise do capital (*Ibidem*, p. 6-7).

O trabalho de Negrão e Hora (2019) “O ‘Novo’ Ensino Médio Paraense da Lei 13.415/2017: dissensos, disputas e resistências” avalia como as normatizações subsequentes à lei de reforma tem incidido sob a forma de desregulamentação na organização e funcionamento do ensino médio público e paraense.

As autoras retornam aos anos 1990 e montam um quadro cronológico para visualizar todas as reformas do ensino médio perpassando pelas normativas de regulamentação da etapa em 1996 até o ano de 2018 com a aprovação da BNCC do Ensino Médio. Elas acrescentam que, “este trabalho pressupõe pensar de forma crítica os ataques à educação pública e por meio da pesquisa também perceber as lutas e resistências que se constroem nessa contracorrente – do ordenamento jurídico” (Negrão; Hora, 2019, p. 6).

As autoras ainda acrescentam que:

A reforma do ensino médio a partir da Lei n. 13.415/2017 reforça a implementação de uma estrutura de regulação social em valorização aos modelos unipessoais, agravando as desigualdades sociais pela dualidade, diferenciação e flexibilização do ensino médio, permeada por fortes dissensos entre empresários (governo) e sociedade civil sobre os fins da educação pública, deflagra-se, portanto que o processo de implementação da reforma paraense, para além de mera execução de um plano, constitui-se em um espaço de tomada de decisões que influenciam sua configuração, cujo processo de implementação está sendo imposta com a mudança curricular minimalista, [...] (Negrão; Hora, 2019, p. 6).

Ainda sobre as produções nesse campo, Quadros (2019) dá uma importante contribuição a respeito do NEM com o seguinte trabalho “A Atuação da Burguesia na Reforma do Ensino Médio”. Na referida obra o autor analisa a participação do empresariado nas audiências da Medida Provisória 746/2016 que, em 2017 se materializa na Lei n. 13.415/2017 que reformou o Ensino Médio.

Em suas considerações, Quadros (2019, p. 7) disserta que:

a reforma empreendida pela medida provisória segue a tendência global de reformas curriculares, sobretudo no que diz respeito a flexibilização do currículo ainda que não procure aproximar o financiamento e infraestrutura em relação aos países que supostamente serviram de base para a proposta.

Quadros (2019, p. 7) também acrescenta que o empresariado que atua na orientação das políticas educacionais, [...], parece se unir nas pautas educacionais, aceitando e legitimando as orientações do imperialismo, propostas pelos organismos multilaterais, dos quais a reforma atendeu diretamente. E fecha seu exposto demarcando que:

[...], a reforma também atendeu as diretrizes propostas pela OMC (cf. Siqueira, 2004) em diversos aspectos, dos quais alguns foram elogiados

pelos empresários durante as audiências: a liberalização de serviços por meio da indução das parcerias, sobretudo com as instituições de educação à distância; a baixa regulamentação nestas parcerias e com o “notório saber” para o itinerário da educação profissional; a alta flexibilidade proposta na reforma (Quadros, 2019, p. 7).

Gonçalves (2019) em seu trabalho “Novo Ensino Médio? Quem conhece não aprova!” analisa as percepções dos estudantes secundaristas de 1º a 3º ano sobre a reforma educacional. Este é de longe, um dos textos mais importantes porque se dispõe a escutar a classe mais afetada pela política reformista do NEM.

A autora salienta que a análise dos dados nos permite inferir que a maioria dos jovens não aprova o “Novo Ensino Médio”, mesmo possuindo pouco conhecimento sobre as mudanças previstas com a implementação da reforma (Gonçalves, 2019). Em seus resultados, ela apresenta o seguinte:

No que se refere as mudanças propostas os estudantes secundaristas expressaram que não estão de acordo com a determinação da oferta de português e matemática como únicas disciplinas obrigatórias nos três anos de Ensino Médio. Consideram que atualmente o ensino é precário e que essas disposições iriam fragilizá-lo ainda mais. A partir das respostas abertas, percebeu-se uma preocupação com a perspectiva do futuro, com a possibilidade de ausência de alguns conteúdos, uma vez que a fragmentação e fragilização do ensino, coloca os estudantes de escolas públicas em desvantagem em relação dos alunos de escolas particulares, que provavelmente teriam a possibilidade de conformar os seus currículos abrangendo todas as disciplinas (Gonçalves, 2019, p. 5. Grifo meu).

Outro ponto importante na discussão do NEM é a questão de seu caráter dual. Gonçalves (2019, p. 5) acrescenta que “esta perspectiva da dualidade está relacionada aos aspectos de empregabilidade e de preparação de “mão de obra barata” presentes na proposta da reforma do Ensino Médio”.

Reis (2021, p. 2) apresentou os resultados de sua pesquisa de pós-doutorado que se intitula “Reforma e BNCC do Ensino Médio: considerações de docentes de Sociologia de escolas estaduais de Pouso Alegre/MG”. A autora enfatiza questões como flexibilização do currículo, precarização e privatização do ensino, e tem como objetivo apresentar considerações de docentes de sociologia sobre as repercussões da reforma do ensino médio e da implantação da BNCC no ensino da disciplina, na prática e identidade docentes.

Nesse interim, o trabalho de Gonçalves (2019), analisado anteriormente, avalia a percepção dos estudantes; em contrapartida, o trabalho de Reis (2021) traz a percepção de docentes de Sociologia sobre a BNCC e Ensino Médio reformado. Entretanto, o trabalho de Reis (2021) nesta configuração apresentada à 40ª Reunião Nacional da ANPEd no GT09, não traz grandes contribuições para a pesquisa em andamento, mas, vale salientar dois pontos que chamam atenção nos resultados das entrevistas: primeiro, todos os professores e professoras entrevistados por Reis (2021) afirmaram que suas escolas não estavam desenvolvendo as adequações dos currículos à nova BNCC por dois motivos: a) “ela não tinha sido implementada na prática” e b) “a Superintendência Regional de Ensino (SER) do estado de Minas Gerais ainda não havia elaborado e divulgado o currículo de Referência para o novo Ensino Médio”. Segundo os professores disseram que “não houve discussões sobre o ensino médio, apenas comentários superficiais por parte dos gestores” (Reis, 2021).

Já o trabalho de Ribeiro (2021) analisa o “Programa ‘Novos Caminhos’ Como um Desdobramento da Reforma do Ensino Médio: o que há de novo?”. Trata-se de uma pesquisa de doutorado em andamento e investiga os processos formativos educacionais para as juventudes no Brasil.

De forma geral, o trabalho de Ribeiro (2021) questiona alguns pontos relevantes, entretanto, o que mais se destaca são suas últimas considerações, onde a autora advoga que as pseudomudanças na escolarização das juventudes brasileiras atendem a pressões econômicas e políticas nacionais e internacionais e nascem no bojo de outras reformas com vistas à ideologia “ultraliberal” (Ribeiro, 2021, p. 3).

E por fim, Ribeiro (2021, p. 3) entra em uma discussão sobre pedagogia das competências e em pontos que convergem com os estudos de Dardot e Laval (2016):

[...] essa pedagogia da “flexibilização” coopera com uma formação que maximiza o tempo produtivo, que materializa expressões atuais da divisão internacional do trabalho globalizado, no qual a classe trabalhadora vem sendo cada vez mais desestruturada, desarticulada e alienada, dados os processos de terceirização, trabalho sem contrato e autoempreendedor.

Também, podemos entender, ainda com base nos estudos de Gonçalves (2019) que a implementação no “Novo Ensino Médio” terá como efeito tanto a redução da possibilidade de ingresso na universidade quanto a dificuldade para se inserir

dignamente no mercado de trabalho para os estudantes das camadas populares e egressos das escolas públicas, podendo criar ainda mais “homens-empresa”.

Silva e Martini (2021) escrevem sobre os impactos da reforma do Ensino Médio sob o título “A Contra-reforma<sup>2</sup> do Ensino Médio em Santa Catarina: impactos sobre o trabalho e a formação continuada dos trabalhadores da educação”. As autoras analisam os impactos da contra-reforma em 120 escolas-piloto da rede estadual de Santa Catarina a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e documental.

Antes de discutirmos os resultados apresentados pelas autoras, é importante sabermos o que elas estão entendendo por contra-reforma. Elas buscaram apoio no texto de Ramos e Frigotto (2016)<sup>3</sup> que dissertam que a Lei 13.415 é “expressão do pensamento conservador” e conseqüentemente, resultado do movimento neoliberal e reformista que se iniciou em 2009.

As autoras apresentam alguns resultados sobre esses impactos, entre eles, sobre a formação dos trabalhadores da educação. Silva e Martini (2021, p. 1, grifo nosso) dizem que:

essa formação se constitui em uma estratégia política para viabilizar a implementação dos propósitos da contra-reforma do ensino médio no sentido de produzir uma formação dos jovens precarizada e alinhada aos interesses do empresariado e, portanto, do sistema produtivo capitalista, impactando sobre suas condições de trabalho.

Silva e Martini (2021), Negrão e Hora (2019), Quadros (2019) e Gonçalves (2019) possuem a mesma visão quanto a Lei 13.415; enxergam-na como reducionista, utilitarista e dualista que objetivam, ainda que “de forma indireta”, precarizar a educação dos jovens – ainda mais – e diretamente alinhada aos interesses do empresariado que por conseqüência, impacta o próprio sistema capitalista e as condições de trabalho.

Ao abordar os impactos que essa nova educação precarizada traz para a juventude, as autoras acrescentam o vínculo que se estabeleceu com instituições privadas que ofertam cursos de formação continuada para professores como o

---

<sup>2</sup> As autoras utilizam esta grafia (contra-reforma) ao invés de contrarreforma porque se fundamentam no texto de Ramos; Frigotto (2016).

<sup>3</sup> RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. Medida provisória 746/2016: a contra-reforma do Ensino Médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 70, p. 30-48, dez. 2016.

Instituto Ayrton Senna. Dentre suas capacitações, eles promovem algumas relacionadas a educação socioemocional que servem ao propósito desse movimento neoliberal que enaltece a importância da individualidade, da competição e proliferação do “sonho empreendedor”.

Essas questões são elencadas às considerações Dardot e Laval (2016, p. 342) quando discutem os tópicos “A ‘gestão da alma’ e a ‘gestão da empresa’” ao frisar que, os “gerentes da alma”, [...], introduzem uma nova forma de governo que consiste em guiar os sujeitos, fazendo-os assumir plenamente a expectativa de certo comportamento e certa subjetividade no trabalho. Com isso, é possível evidenciar que a questão da educação socioemocional serve a um propósito no movimento neoliberal, principalmente na repercussão do “sonho empreendedor”.

Em suma, essa psicologização no contexto educacional evidencia que a gestão neoliberal busca/precisa “fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados” (Dardot; Laval, 2016, p. 344-345).

## **Considerações finais**

Algumas considerações se fazem necessárias sobre os trabalhos apresentados neste exposto: primeiro, há um consenso entre boa parte dos autores sobre o caráter dualista, utilitarista e fragmentado da Lei n. 13.415/2017; segundo, os oito artigos analisados apresentam boas contribuições a respeito do objeto, entretanto, apenas dois deles abordam o papel que a burguesia/empresariado brasileiro exerceu nas conferências e posteriormente, na promulgação da reforma do Ensino Médio; terceiro, é sabido que estamos vivenciando o movimento neoliberal e conseqüentemente, uma crise de “governamentalidade<sup>4</sup>” e o “gerencialismo da educação”, todavia, apenas um dos trabalhos discutidos enfatiza a questão neoliberal, a saber Monteiro e Silva (2019), pois autores como Ribeiro (2021) utiliza o conceito de “ultraliberal” e Marques

---

<sup>4</sup> É um conceito empregado por Foucault. Dardot; Laval (2016, p. 18) explicam que ele “foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas pelas quais homens podem ou não pertencer a um governo”. Foucault chama de ‘governamentalidade’ o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si.

e Santos (2017) abordam a agenda pós-2015, mas não falam diretamente em neoliberalismo.

Outro ponto que merece um pouco de atenção é a introdução da educação socioemocional nos ambientes escolares, trazida no bojo dos resultados de Silva e Martini (2021) que servem aos propósitos desta educação enquanto mercadoria. Assim, quando Dardot e Laval (2016) pontuam a questão da gestão neoliberal, é possível visualizar todas as considerações realizadas pelos autores no decorrer do exposto, uma vez que, Gonçalves (2019), Machado (2019), Negrão e Hora (2019), Monteiro e Silva (2019), Quadros (2019), Reis (2021), Ribeiro (2021) e Silva e Martini (2021) enfatizam em seus trabalhos que a “reforma” do NEM contribui para uma formação precarizada e fragilizada que atende aos interesses do empresariado e afeta drasticamente as condições de trabalho.

Não é à toa que Karl Marx, em seu “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” (2011) diz que, “*a história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa*”, porque é justamente o que tem acontecido com a educação básica no Brasil.

Na década de 1930 até a chegada de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) ao poder tinha-se uma educação de nível médio vinculada a educação profissional, posteriormente isto é desfeito e, agora em pleno ápice do século XXI essa vinculação retorna inserida dentro do contexto reformista do “Novo” Ensino Médio.

Ainda que o próprio NEM e a Formação Técnica e Profissional (FTP) tenham “ressurgido” com o intuito de combater problemas como evasão escolar, déficit de vagas, falta de professores, baixo desempenho da etapa, entre outros problemas, ancorando-se na premissa de atender as necessidades e expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil, não é possível desvinculá-la dos ideais neoliberais que mercadificam a educação e até mesmo, os indivíduos.

Em suma, se antes a Formação Técnica e Profissional (FTP) servia para “dar oportunidades aos filhos do proletariado”, atualmente, contribuirá tão somente para a formação de um “exército de reserva”, reforçando ainda mais a divisão da sociedade em classes, gerando mão de obra barata.

## Bibliografia

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. 416p.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Novo Ensino Médio? Quem conhece não aprova! *In. 39ª Reunião Nacional da ANPEd – Educação Pública e Pesquisa: ataque, lutas e resistências*, Niterói/RJ, 20 a 24 out., 2019.

MACHADO, Pedro Henrique Silva Santos. O sentido da política educacional no capitalismo dependente, o Ensino Médio e a Lei 13.415/17: qual o propósito de reformar a formação secundária brasileira? *In. 39ª Reunião Nacional da ANPEd – Educação Pública e Pesquisa: ataque, lutas e resistências*, Niterói/RJ, 20 a 24 out., 2019.

MARQUES, Hellen Jaqueline; SANTOS, Fabiano Antonio dos. A Qualidade da Educação Como Prioridade da Agenda Pós-2015: mais do mesmo? *In. 38ª Reunião Nacional da ANPEd, Democracia em risco: a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência*, 1º a 05 de out., São Luís/MA, 2017.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. 169p.

MONTEIRO, Sandra Renata Muniz; SILVA, Marcos Lengrub. O Itinerário Técnico e Profissional na Reforma do Ensino Médio: o protagonismo do retrocesso. *In. 39ª Reunião Nacional da ANPEd - Educação Pública e Pesquisa: ataque, lutas e resistências*, Niterói/RJ, 20 a 24 out., 2019.

NEGRÃO, Alice Raquel Maia; HORA, Dinair Leal da. O “Novo” Ensino Médio Paraense da Lei nº. 15.415/2017: dissensos, disputas e resistências. *In. 39ª Reunião Nacional da ANPEd - Educação Pública e Pesquisa: ataque, lutas e resistências*, Niterói/RJ, 20 a 24 out., 2019.

NOSELLA, Paolo. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 43 jan./abr. 2010.

QUADROS, Sérgio Feldemann de. A Atuação da Burguesia Brasileira na Reforma do Ensino Médio. *In. 39ª Reunião Nacional da ANPEd - Educação Pública e Pesquisa: ataque, lutas e resistências*, Niterói/RJ, 20 a 24 out., 2019.

REIS, Denise Maria. Reforma e BNCC do Ensino Médio: considerações de docentes de Sociologia de escolas estaduais de Pouso Alegre/MG. *In. 40ª Reunião Nacional da ANPEd – Educação Como Prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo! Universidade Federal do Pará, set. Out., 2021.*

RIBEIRO; Glasielle Lopes de Carvalho. Programa “Novos Caminhos” Como Desdobramento da Reforma do Ensino Médio: o que há de novo? *In. 40ª Reunião Nacional da ANPEd – Educação Como Prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo! Universidade Federal do Pará, set. Out., 2021.*

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; MARTINI, Tatiane Aparecida. A Contrarreforma do Ensino Médio em Santa Catarina: impactos sobre o trabalho e a formação continuada dos trabalhadores da educação. *In. 40ª Reunião Nacional da ANPEd – Educação Como Prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo! Universidade Federal do Pará, set. Out., 2021.*

**Recebido em: 01 ago. 2023**

**Aceito em: 19 dez. 2023**